

Cerca de dois meses após a erupção vulcânica, aguarda-se ainda com alguma expectativa a definição do local onde será edificado o novo aldeamento para os moradores de Chã das Caldeiras. A crer nas informações do Antero Matos, coordenador do Gabinete de Crise, não vão ter que esperar muito tempo para saber. “Será anunciado durante um fórum a realizar-se no próximo mês, para debater as formas mais viáveis para a reconstrução da ilha do Fogo”. Enquanto isso, a garantia é de que as obras de reabilitação das 110 casas construídas em 1995 arrancam este mês.

Analisar o início da fase da reconstrução da ilha, pós-erupção e projectar acções futuras, dando atenção especial à reabilitação das 110 casas construídas para as famílias na última erupção vulcânica em 1995, criar consensos em relação à construção do novo povoado, local para edificar a nova adega de vinho e abertura das vias alternativas, são aspectos discutidos esta sexta-feira, em São Filipe pelo Gabinete de Crise, criado na sequência da erupção vulcânica.

“Este encontro é o início da fase de reconstrução dos danos e projecção do futuro da ilha do Fogo”, explicou coordenador do Gabinete de Crise, Antero de Matos, salientando que na reunião chegaram a importantes consensos para resolver os problemas de imediato aos deslocados de Chã das Caldeiras.

Em relação às obras de reabilitação das 70 casas em Monte Grande e 40 em Achada Furna, Antero Matos garante que arrancam este mês. Entretanto, ainda não está definido o local onde será edificado o novo aldeamento. “Será anunciado durante um fórum a realizar-se no mês de Fevereiro, para debater as formas mais viáveis para a reconstrução da ilha do Fogo”, garante Antero.

Ainda neste mês arrancam as obras de abertura da via alternativa no interior da aldeia. Foi analisada também a construção de uma via Campanas-Piorno.

Outro aspecto abordado neste encontro tem a ver com o local para edificar a nova adega de vinho CHÃ. Também ainda não foi definido o local para o seu assentamento.

Enquanto isso, o governo vai garantir todas as condições aos viticultores para dedicarem as suas actividades. "O Estado irá suportar o aluguer da adega de Monte Barro para as actividades de vinícolas de 2015", deu a certeza o coordenador.

Nicolau Centeio